

**GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO DE PORTO UNIÃO-SC:  
APOTEOSE DO NÃO APOTEÓTICO (1917-1938)**

Valéria Aparecida Schena  
UNESPAR  
Névio de Campos  
UEPG

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é discutir o processo de criação do Grupo Escolar Balduino Cardoso, localizado na cidade de Porto União, no Estado de Santa Catarina. A criação desse Grupo Escolar, ainda na condição de Escolas Reunidas, ocorreu no ano de 1917, após a reconfiguração das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina. Assim, este texto busca mostrar a experiência educativa existente antes da criação do modelo dos grupos escolares para problematizar as imagens apoteóticas que foram se construindo a respeito da educação republicana e indicar os limites deste projeto educativo ao destacar os baixos índices de alfabetização, o grande número de escolas isoladas e as condições inadequadas do prédio do grupo escolar. Em síntese, busca-se ampliar a compreensão da escolarização no Estado de Santa Catarina, na tentativa de discutir aspectos recorrentes do projeto republicano de educação e mostrar as particularidades do processo escolar da cidade de Porto União.

**Palavras-chave:** Grupo Escolar Balduino Cardoso; Escolarização em Santa Catarina; Escolarização e regime republicano.

**BALDUÍNO CARDOSO STATE SCHOOL IN PORTO UNIÃO-SC:  
APOTHEOSIS OF WHAT WAS NOT APOTHEOSIZED (1917-1938)****ABSTRACT**

The aim of this article is to discuss the process involved in setting up the Balduino Cardoso State School located in the city of Porto União in the State of Santa Catarina. The creation of this State School occurred in 1917, when it was still known by the name of Assembled Schools, and after the redefinition of the border between Paraná and Santa Catarina. Therefore, this text tries to show the existing educational experience before the implementation of the model of state schools and to question the apothotic images, which were built around republican education and indicate the limits of this educational project when highlighting the low levels of literacy, the large number of isolated schools and inadequate conditions of the state school buildings. Summing up, it is an effort to widen the understanding of education in the State of Santa Catarina, in an attempt to discuss recurring aspects of the republican project of education and show the particularities of the schooling process in the city of Porto União.

**Keywords:** Balduino Cardoso State School; Education in Santa Catarina; Education and republican regime.

## Introdução

Este texto tem o objetivo de discutir o processo de criação do Grupo Escolar Balduino Cardoso (1917) até a construção do novo prédio no ano de 1938. Esta instituição está localizada na cidade de Porto União, no Estado de Santa Catarina. Porto da União teve sua denominação alterada para Porto União da Vitória em 1855. Passou a condição de Freguesia de União da Vitória em 1877. Depois a Vila de União da Vitória, em 27 de março de 1890, data da instalação da Intendência Municipal da Villa de União da Vitória, assim permanecendo até 20 de outubro de 1916, ano em que foi assinado o Acordo dos Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina (GASPARI, 2005). Nesse movimento, ocorreu a criação das Escolas Reunidas Professor Balduino Cardoso. Em 1918, a escola teve a denominação de Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso. Em 1927, as Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso passaram para a categoria de Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. E na década de 1970, denominou-se Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso. E, atualmente, é denominado como Escola de Educação Básica Professor Balduino Cardoso.

A organização desta narrativa apresenta o que chamamos de *Experiência educativa anterior ao modelo Grupo Escolar na região de Porto União*, na tentativa de indicar alguns vestígios da experiência educativa da segunda metade do século XIX. Esta discussão permite entender a existência de ações que objetivavam escolarizar ou estabelecer a instrução elementar entre parte da população. Nesse aspecto, essa parte do texto reitera o que a historiografia da educação tem afirmado, ou seja, em muitas Províncias havia uma intensa discussão acerca da escolarização da população e que se faz necessário relativizar o papel do Estado na organização da instrução elementar no século XIX (Faria Filho, 2003). Em seguida, no item *Escola Reunida Balduino Cardoso: a retumbante evocação de uma nova era e as representações pouco apoteóticas da apoteose* pretende-se mostrar como os discursos dos governantes e agentes do estado republicano reivindicam para a escola o papel de salvação da sociedade, tomando o modelo do grupo escolar como símbolo dessa jornada histórica e mostrar os limites da força discursiva dos propagandistas do regime republicano.

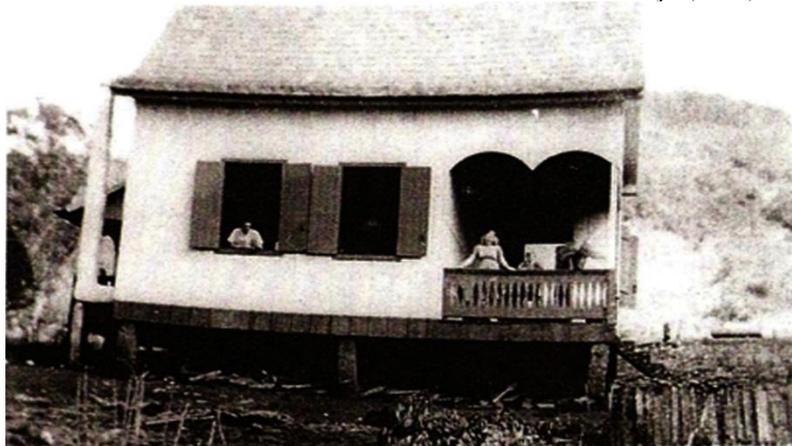
Este artigo está atrelado à historiografia da educação que tem em seu horizonte as discussões a respeito da escolarização no início da República, enfatizando o processo da criação do grupo escolar em Porto União (1917) até a construção de novo prédio (1938), considerando suas reverberações até meados do século XX. Não obstante, recua ao século XIX para indicar as imagens construídas a respeito da escolarização anterior aos grupos escolares nesta região de Santa Catarina. Assim, dialoga com autores que debatem a respeito do século XX, sem desconsiderar os estudos que tematizam a segunda metade do século XIX. No âmbito nacional, destacamos os estudos de Dermeval Saviani (2005; 2014a; 2014b); Marta Carvalho (1989; 2005; 2010); Analete Schelbauer (1998; 2005); Carlos Monarcha (1999); Rosa Fátima de Souza (2008); Diana Vidal (2005; 2006); Gallego (2010); Luciano Faria Filho (2000; 2003); Marcus Levy Bencostta (2005). No contexto catarinense, ressaltamos as pesquisas de Neide Fiori (1991); Norberto Dallabrida e Gladys Teive (2011); Norberto Dallabrida e Celso Carminati (2001); Gladys Teive (2009; 2010); Solange Aparecida Hoeller (2014). Em relação ao contexto da educação na região de Porto União merece destaque a obra *Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado* (2002) de Nilson Thomé, *Apontamentos históricos de União da Vitória* de Cleto da Silva (1933). Assim, nesse horizonte, insere-se a discussão deste texto cuja pretensão principal é mostrar como os republicanos catarinenses passaram a estabelecer uma imagem bastante negativa da experiência de educação escolar do século XIX, indicar a recorrente estratégia de enaltecimento do modelo dos grupos escolares e apresentar os limites presentes nos discursos

dos agentes públicos de Santa Catarina.

### Experiência educativa anterior ao modelo Grupo Escolar na região de Porto União

A educação no período imperial se fazia presente no interior de Santa Catarina. Na vila de Porto União da Vitória, o primeiro modelo de escola foi a Casa Escola, de natureza particular e sob a direção do professor Raimundo Colaço, o primeiro Mestre-Escola<sup>1</sup> do município. Essa casa escola funcionou nos anos de 1870 a 1876. De acordo com José Júlio Cleto Silva (1933, p. 40-41), entre 1868 e 1876, havia a referência da “[...] escola do mestre Raimundo Colaço, que foi o primeiro do povoado, era onde hoje estava o Colégio Santos Anjos”. Entre 1877 e 1879, conforme Cleto Silva (1933, p. 41), chegava a Porto União da Vitória o segundo Mestre-Escola, pois “o mestre Raimundo Colaço, há esse tempo já havia sido substituído na escola primária, por Cipriano Mendes Sampaio”.

FIGURA 1 - Casa do Mestre Escola Raimundo Colaço (1870)



Fonte: Arquivo Municipal de União da Vitória-PR.

Retrata-se na figura 1 a fachada da casa de Raimundo Colaço, residência do referido mestre-escola, local onde também funcionava como escola, localizado no centro da cidade e que serviu para alfabetizar as crianças da redondeza de Porto União. De acordo com Marta Carvalho (1989, p. 43), esse modelo de professor, “mestre-escola”, aparece como mediador de uma educação letrada para pequenas parcelas da sociedade, na maioria pertencente à elite, constituindo-se enquanto elo de uma cultura oral até o início do século XX.

No ano de 1895, “[...] o antigo e conhecido professor José Cleto da Silva, funda um colégio em União da Vitória: *Internato e externato* - nele sendo matriculados, além dos alunos aqui residentes, inúmeros outros de Palmas, São Mateus, Ponta Grossa e alguns de Curitiba” (SILVA, 2002, p. 73). Em 1895, segundo dados da Secretaria do Interior do Paraná, havia no Paraná 196 escolas, sendo 71 do sexo masculino, 30 de sexo feminino e 95 de classe promíscua. Essas 101 classes contavam com professores efetivos, 32 professores provisórios, 63 professores subvencionados. Tendo como categorias de funcionamento: 49 cidades, 40 vilas, 27 colônias e 80 povoações (PARANÁ, 1895, p. 36). No povoado de União da Vitória, havia naquele momento 01(uma) classe masculina subvencionada. Esse estabelecimento de ensino era o Colégio Cleto que atendia a uma classe de meninos do município e da região, assumindo importante destaque na sociedade local por ser além de escola, de internato e externato.

Outro aspecto que permeou o contexto histórico da região foram as correntes imigratórias e, por consequência, a criação de escolas. A política imigratória, estimulada para colonizar essa área catarinense, resultou na vinda dos primeiros imigrantes alemães, italianos, ucranianos poloneses e sírio-libaneses. Com eles chegaram sua cultura, língua, hábitos e

religião. Com os imigrantes surgiram as escolas coloniais para atender seus filhos. Aos poucos, elas foram se transformando em escolas públicas. Deste modo, com a chegada dos imigrantes foram criadas escolas étnicas nas comunidades como forma de cultivar e preservar a cultura trazida de sua pátria e dar conta de uma demanda por escolarização não atendida pelas políticas públicas.

Para Lucio Kreutz (2010, p. 347), foi a partir do século XIX que emergiu no Brasil um movimento expressivo de imigrantes, de diversas etnias, formando assim o pluralismo étnico e cultural, mais visível nas regiões sul e sudeste do país. Parte desses imigrantes, italianos, alemães, japoneses e poloneses fixou-se em áreas rurais; já os imigrantes espanhóis e portugueses fixaram-se em sua maioria nos centros urbanos. Renate Ilhfeldt (2011, p. 20), em sua monografia intitulada *A presença da cultura alemã sobre o Pensamento Pedagógico do Colégio teuto-brasileiro de Porto União-SC e sua influência sobre o imaginário dos alunos (1930-1938)*, descreve que o Colégio Teuto-Brasileiro (Deutsche Schule) foi implantado por intermédio do trabalho voluntário de imigrantes alemães da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Porto União, que edificou a escola de madeira em 1887. Em 1901, foi doado um terreno pela Prefeitura Municipal de Porto União, conforme atesta Silva (2002, p. 85):

A 11 de Dezembro de 1901, a Câmara Municipal de União da Vitória, concede à Escola Alemã-Brasileira, 44 metros de terreno, isentos de foro, à rua 7 de Setembro, para edificação de um prédio escolar, na forma de requerimento [...] Essa Escola até agora (1933), funciona no mesmo local, em belíssimo prédio de alvenaria de tijolos. (SILVA, 2002, p. 85).

Segundo Paulo Horbatiuk (1983, p. 154), a escola ucraniana foi implantada em Porto União por volta de 1907; os ucranianos ensinavam paralelamente aos conhecimentos estabelecidos por programas oficiais do Estado a língua ucraniana e com ela, toda a cultura. No ideário dessa etnia, a educação acontecia junto à família, escola e igreja, na tentativa de garantir que a criança estivesse apta para conviver em comunidade.

Os imigrantes italianos fundaram sua escola no município de Porto União em meados de 1910, a Escola Dante Alighieri e, no mesmo ano, fundaram a Sociedade Italiana de Beneficência, com o intuito de preservar suas raízes. Percebe-se que ambas as imigrações, italiana e alemã, defendiam o mesmo discurso ao se referirem à nova pátria e demonstrarem o firme propósito de cultivar suas tradições.

Com a vinda dos imigrantes surgiram as escolas coloniais para atender seus filhos. Na região do Contestado, sendo União da Vitória pertencente a este contexto, as escolas particulares dos imigrantes italianos, alemães, poloneses e ucranianos tinham como organização escolar, escolas de ordem paroquial e de cunho católico; as escolas criadas pelos imigrantes supriam a necessidade de escolas públicas (THOMÉ, 2002, p. 73).

No quadro 1 citamos as primeiras escolas de imigrantes de Porto União.

QUADRO 1 - Escolas Primárias em Porto União da Vitória

ESCOLAS	FUNCIONAMENTO	ANO DE CRIAÇÃO
Escola Alemã	Funcionava numa casa de madeira tendo como primeiro professor: Heinrich Bartsch	1887
Escola Ucraniana	Escola organizada pela Comunidade Ucraniana em Porto União	1907
Escola Italiana	Localizava-se junto à Sociedade Italiana no Alto da Glória, local onde funcionou o Fórum.	1910
Escola Legru	Pertencia à Sociedade Polonesa sob coordenação do prof. Abílio Teixeira Soares e do Sr. Casimiro Minski vindo da Polônia	1907
Escola Isolada Quaty	Escola de origem italiana no interior do município de Porto União	1916

Fonte: Thomé (2002).

Segundo Valquiria Elita Renk (2009 p. 50), a construção da escola para os imigrantes era uma das prioridades. Quando a comunidade não podia construir um espaço específico para esse fim, as casas de moradia serviam para escola. Na maioria de escolas étnicas, o governo não construiu escolas públicas, deixando assim que os imigrantes se organizassem. Após a construção da escola pela comunidade, era indicado um membro da própria comunidade para lecionar, ou caso não atendesse as necessidades da comunidade, contratava-se outro professor. No entanto, essa condição passou a ser vigiada à medida que se buscava estabelecer uma ideia de identidade nacional.

No Estado de Santa Catarina, o professor Orestes Guimarães descreveu, em Relatório do Collegio Joinville, sobre o ensino dos imigrantes catarinenses:

O ensino, portanto, de língua portuguesa nas escolas particulares impõem-se como uma necessidade de alto alcance, e em obediência ao regulamento da Instrução Pública do Estado. É com seu ensino methodico e claro que se formará da infância de hoje, os cidadãos de amanhã, tornando-se aptos para as posições oficiais que tiverem de ocupar. É com o conhecimento da língua que se estabelecerá entre todos a desejada união, harmonia que engrandece o povo. Só com isso ter-se-há plantado no nosso solo abençoado a grandiosa arvore da confraternidade a cuja sombra propicia a todos nos congregaremos com os trabalhos do progresso local e cujas frondes acariciadoras nos acolheremos satisfeitos do dever cumprido. (GUIMARÃES, 1907, p. 53).

Conforme se pode observar na transcrição do parecer de Orestes Guimarães (1907, p. 134), a questão dos imigrantes já merecia atenção das políticas públicas, particularmente no que diz respeito ao desejo de nacionalizar àqueles que chegavam ao Brasil:

Nos Grupos Escolares creados, nos centros de descendentes alemães, a norma é ensinar o sentimento sobre o patriotismo. Pois como bem entendeu V. Exa., o governo não tem o intuito de guerrear o ensino da língua allemã mas tem o dever e o interesse de difundir o mais possível, como lhe compete, o ensino da língua nacional.

No âmbito das ações do Estado de Santa Catarina, é possível identificar na transcrição de Orestes Guimarães (1909, p. 26) a ideia de construção da nação:

O que o Governo não quer é que brasileiros se criem no seio desta Pátria grande e nobre alheios aos seus progressos, a sua liberalidade, as suas magnificencias naturaes, as possibilidades de seu futuro; estrangeiros no meio de patrícios, com quem não se podem entender, devido ao desconhecimento da língua que une nos mesmos sentimentos, e nos mesmos anhelos mais de vinte e cinco milhões de almas. (GUIMARÃES, 1909, p.26).

De acordo com o exposto, uma das estratégias<sup>2</sup> utilizadas pelo Governo catarinense para a construção de uma genérica identidade nacional seria a nacionalização do ensino em conjunto com as escolas públicas, que representavam a possibilidade de um cenário para o desenvolvimento de uma cultura brasileira e identidade nacional (Ortiz, 1985).

Na avaliação de Orestes Guimarães, a presença de populações de origem estrangeira no Estado de Santa Catarina demandava repensar a escola como centro estratégico de ação e a afirmação da língua portuguesa como instrumento fundamental de nacionalização. Além de ensinar a língua nacional, a escola deveria educar a criança nos valores e preceitos patrióticos. O Estado catarinense delegava grande importância na promoção do patriotismo na escola. Por intermédio das escolas étnicas era fundamental trabalhar os símbolos da nação para a formação de cidadãos, segundo o ponto de vista republicano. Portanto, para inserir o

patriotismo no ensino primário, o ensino de canto e a observação de sua execução pelos alunos eram uma constante nos relatórios dos inspetores e termos de visita da época. Cita-se a seguir um trecho do Relatório de Inspeção que se destinava as Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina, elaborado pelo Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães: “Recomendei-lhe, portanto, mais amor ao estudo, mais methodo e mais dedicação aos alumnos, esforçando-se pelo aproveitamento delles, obrigando-os a executar os hymnosnacionaes, em cuja escola são mal cantados.” (MAGALHÃES, 1916, p. 13).

O entoar os hinos patrióticos é considerado como parte essencial do programa que o governo estadual havia estabelecido para a escola, como instituição capaz de revitalizar a vida republicana, em um período em que a frustração com o programa não realizado pelo regime era comum entre os próprios republicanos. São desconhecidos pela professora cantos nacionais que allega não ter a respectiva música; por isso esta parte essencial do programma, onde a creança começa a sentir as primeiras vibrações da nossa nacionalidade, é infelizmente, como em muitas outras escolas, relegada ao ostracismo. (MAGALHÃES, 1916, p. 22-23).

Os Estados do Paraná (1915), Santa Catarina (1910) e Rio Grande do Sul (1910-1912) elaboraram as primeiras leis nacionalizadoras, concebidas dentro de um mesmo plano e com idêntica concepção da problemática. Nesses três Estados, o ensino primário passou a ser ministrado exclusivamente em português, sendo proibidas legendas, dísticos e inscrições em outro idioma que não nacional, os estabelecimentos de ensino não podiam receber subvenções de governos ou de instituições estrangeiras, e ainda as escolas particulares deviam ser registradas nos órgãos oficiais competentes e era cobrado dos diretores e professores que estes tivessem nacionalidade brasileira (FIORI, 1991, p. 134-135).

A constituição de Porto União da Vitória se deu, de forma mais concreta, após o confronto do Contestado que dividiu esta região, ficando duas cidades, uma em cada Estado. As escolas, no entanto, foram divididas por Estado, após o Acordo dos Limites, assinado em 1916, ficando um Grupo Escolar para cada cidade, ocupando o espaço geográfico do Contestado para Paraná e Santa Catarina. Na região do ex-Contestado, a escola foi fundamental para fortalecer a ideia de pertencimento da instrução como meio para o crescimento da cidade.

Naquele período foram transferidas 07 (sete) escolas, sendo duas escolas localizadas em Itaiópolis, uma escola em Três Barras, mais duas escolas de Rio Negro, duas escolas de União da Vitória e uma escola em Palmas. Observa-se no quadro 2 o número de escolas públicas e subvencionadas<sup>3</sup> pelo Estado, após Acordo de Limite.

QUADRO 2 – Matrícula por sexo nas Escolas Estaduais de Instrução Primária, Públicas e Subvencionadas dos Estados do Paraná e Santa Catarina por Municípios com áreas abrangendo parte da Região do Contestado em 1914

LOCALIDADE MUNICÍPIOS	PÚBLICAS			SUBVENCIONADAS			TOTAL PARA SC	
	M	F	T	M	F	T		
Itaiópolis	117	65	182	53	18	51	253	100%
Palmas	153	-	153	188	22	210	363	20%
Rio Negro	252	169	421	76	12	88	509	40%
União da Vitória	214	167	381	71	26	97	478	40%
TrêsBarras	30	18	48	-	-	-	48	100%

Fonte: Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Paraná, (31/12/ 1914, p. 53).

Nota-se por meio desses dados, que o Estado de Santa Catarina não registrava em suas estatísticas as matrículas das escolas particulares que havia no seu território; também não considerava as matrículas mantidas pelos municípios. As sete escolas paranaenses que passaram para Santa Catarina foram declaradas extintas em 1917 e, em algumas localidades onde elas existiam, foram substituídas por escolas catarinenses.

Conforme Relatório Anual de 1913, apresentado pelo Professor Orestes Guimarães ao Governador Fellippe Schmid, verifica-se que a quantidade de escolas subvencionadas se equiparava às escolas estaduais:

É notável o número de escolas mantidas ou subvencionadas pelas municipalidades. O número dessas escolas é quase igual ao das estaduais e a matrícula de crianças nas mesmas idades é considerável, com tudo vereis dos dados colhidos pela Secretaria Geral. Infelizmente ainda não temos dados completos sobre o ensino particular. Espero, entretanto, que essa lacuna seja preenchida pelos relatórios dos Inspectores Escolares, relativos ao ano corrente. (GUIMARÃES, 1913 p. 30).

Em pesquisa apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, o professor Henrique da Silva Fontes indicou dados da investigação realizada em 1916 sobre a população em Santa Catarina e, deste estudo, salientou algumas informações sobre a escola, onde se observou que 27% das escolas catarinenses eram mantidas pelo Estado, 17,5% tinham o município como fonte de manutenção e 55% dessas escolas eram particulares (JORNAL A ÉPOCA, 1917, p. 63).

Pode-se inferir que era necessário viabilizar uma estrutura que atendesse ao controle e a subvenção das escolas particulares. Percebe-se que, pelo contexto da época, a escola citada na pesquisa de Henrique Fontes era voltada para o ensino primário. A organização do ensino primário era incipiente, com participação reduzida do Estado catarinense, tendo uma grande concentração em escolas particulares. Diante desse quadro, é notável observar aos índices de analfabetismo. Conforme Nilson Thomé (2002, p. 63), na Região do Contestado, formada pelos Municípios de Campos Novos, Curitibaanos, Mafra, Porto União, Itaiópolis, Cruzeiro e Canoinhas, três anos após a sua configuração, reuniam 13,65% da população do Estado e a sua população alfabetizada representava 11,80% dos habitantes.

É importante destacar que a transição do Império para República foi a primeira grande mudança no regime político brasileiro, desde a Independência em 1822. Durante o Império não havia uma oferta significativa de escolas para os grupos populares, apesar de os discursos dos reformadores da segunda metade do dezoito destacarem a importância da escola para a modernização da sociedade.

Essa observação é reiterada por Luciano de Faria Filho (2003, p. 135):

Diversas foram as leis provinciais que, por exemplo, ainda na década de 30 do século XIX, tornavam obrigatória, dentro de certos e sempre amplos limites, a frequência da população livre à escola. No entanto, ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual, já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar a baixíssima capacidade de investimento das províncias, que algumas vezes chegavam a empregar mais de ¼ de seus recursos na instrução e obtinham pífios resultados.

A República nasceu imbuída pelo ideário regenerador da educação, possibilitando por meio da escola a construção de uma nova sociedade, cujo diferencial em relação ao Império estaria no sentimento nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania, no

aprimoramento da força do trabalho, sendo construído a partir de um projeto educacional controlado pelo Estado. Nesse aspecto, a escola e o Estado assumem um papel central, diferentemente do que representavam no Império como atesta Faria Filho (2003, p. 134-135):

Enfocar o processo de escolarização ao longo do período do Império impõe, necessariamente, a relativização do papel e do lugar do Estado. A presença do Estado não apenas era muito pequena e pulverizada como, algumas vezes, foi considerada perniciosa no ramo da instrução. Nem a própria escola tinha um lugar social de destaque, cuja legitimidade fosse incontestável.

Ainda sob este prisma, cita-se um fragmento do *Jornal Missões*<sup>4</sup>, escrito pelo jornalista local Victor Hugo (09/07/1910), que discute sobre o valor de educar a criança:

Cada menino que dotamos de ensino, nos faz ganhar um homem. De cada cem ladrões, oitenta não foram a escola, não sabem ler e escrever e assignam o nome com uma cruz. A ignorância engendra o crime, a ignorância e a escuridade em que começa o crime, o abysmo onde se arrasta a razão e em que a honradez parece. (...) todo homem que abre um livro, encontra nelle as azas e pode elevar-se e pairar nas alturas em que a alma se move com a liberdade. A escola é o santuário como a capella. (...) A falta de ensino lança ao Estado, homens animaes, cérebros incompletos, fataes, itinctos, cegos terríveis que caminham tactendo pelo mundo real. Iluminemos, é o nosso primeiro dever, façamos com que o sebo mais vil se converta em luz. Devemos cultivar as intelligencias, o gremem tem direito de ter fructos e o que não pensa não vive. Compreendemos enfim que escola, pode transformar o ouro em cobre, e que a ignorância transforma ouro em chumbo.

Esse fragmento evidencia características do valor atribuído à escola como símbolo do progresso da sociedade, pois a instrução orienta a criança para sua formação por completo, não permitindo que esta fique na escuridão à mercê da ignorância. Para Souza (2011, p. 76), a aproximação da escola primária com o mundo do trabalho operava múltiplos sentidos, visto que no início do século XX, a escola era considerada por muitos educadores como templo de civilização, operando na formação do aluno tanto a disciplinarização quanto à moralização, além da apreensão da cultura científica e estética, códigos fundamentais da modernidade.

Em síntese, este item procurou indicar alguns elementos do processo de escolarização no período antecedente à criação da Escola Reunida Balduino Cardoso, na tentativa de mostrar o movimento que reivindicou a transformação da escola como elemento fundamental da formação do cidadão republicano, transformando-se, por sua vez, em símbolo de propaganda do novo regime e da modernidade em contraposição ao sistema imperial e à tradição escolar do século XIX, preconizada pelo modelo de professor mestre-escola.

### **A retumbante evocação de uma nova era e as representações pouco apoteóticas da apoteose**

O Grupo Escolar Balduino Cardoso foi fundado no ano de 1917. No governo catarinense do Coronel Felipe Schimidt foram criadas as “Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio da Silva Cardoso”, que no decorrer dos anos passaram por diversas alterações nominativas. A inauguração desse educandário ocorreu no dia 28 de setembro de 1918. Anterior à sua instalação, o prédio foi ocupado pelo Grupo Escolar Professor Serapião<sup>5</sup>, sendo construído pelo governo do Paraná, em território que, em 1917, passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina.

O Grupo Escolar Professor Serapião foi inaugurado em 02 de junho de 1913, próximo à Igreja Matriz de Porto União; as aulas eram ministradas pela professora Amasília Pinto de

Araújo, normalista vinda da capital do estado paranaense para residir em Porto União da Vitória. Até 1916, o referido Grupo funcionou nesse prédio por conta do Acordo dos Limites, sendo, mais tarde, construídos dois novos prédios escolares, um para o Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso em Porto União-SC, no ano de 1938, e outro para o Grupo Escolar Professor Serapião em União da Vitória-PR. No ano de 1917, o Grupo Escolar Professor Serapião recebeu autorização do governo paranaense para a construção de um prédio próprio em União da Vitória-PR.

FIGURA 2 - Sede do Grupo Escolar Professor Serapião - PR (1913)<sup>6</sup>

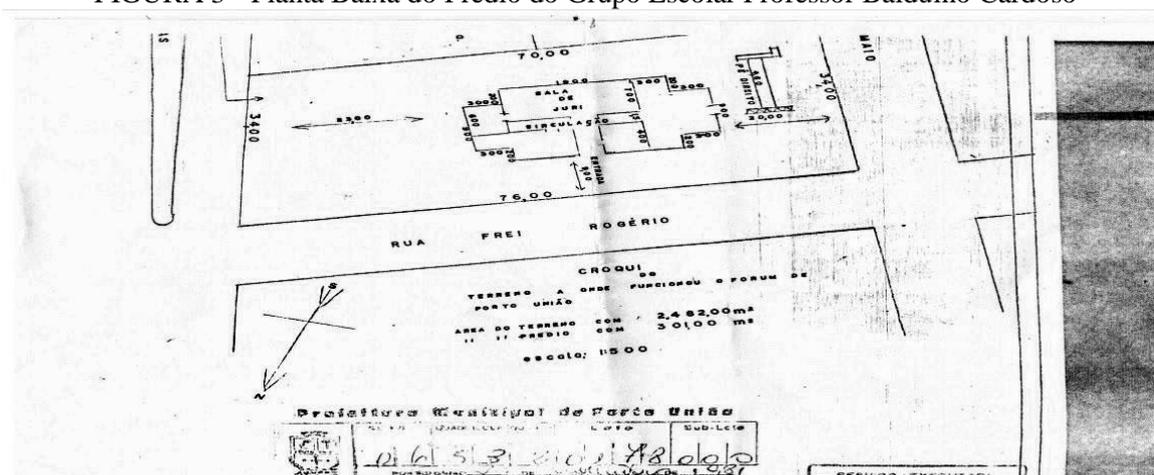


Fonte: Acervo do Museu Municipal de Porto União-SC

Na figura 2 visualiza-se a fachada do Grupo Escolar Professor Serapião; sua construção iniciou-se em 1911 e sua conclusão se deu no ano de 1913. As Escolas Reunidas Balduino Antônio Cardoso utilizaram-se também desse espaço, contando com a estrutura física de 04 salas de aula, uma sala para direção, uma sala para secretaria, 02 sanitários, um masculino e um feminino e um pátio de terra para o recreio. Seu horário de funcionamento era nos períodos matutino e vespertino, com 13 classes. Esse prédio ocupava um local de destaque da cidade, no local denominado “Alto da Glória”, centro da cidade, próximo à Igreja Matriz.

Um destaque é para a planta do primeiro grupo escolar da região de Porto União da Vitória, o Grupo Escolar Professor Serapião. Na planta do prédio aparecem as dimensões espaciais que foram alteradas quando o prédio passou ao Fórum do município. Enquanto grupo escolar, não havia porta na entrada do prédio; apenas nas laterais e, onde se lê, Sala do Júri, funcionava a Direção do Grupo Escolar, com corredor e 04 salas de aula. A imponência do prédio estava na beleza de sua arquitetura e o terreno interno da escola não aparecia para a rua, pois a fachada era repleta de janelas, com uma construção que ocupava grande parte da frente da escola, além dos muros que destacavam a sua fachada.

FIGURA 3 - Planta Baixa do Prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Porto União-SC.

Segundo Bencostta (2005, p. 111), é interessante perceber como o jogo combinatório entre interior e exterior da escola era imposto ao observador, como um limite à liberdade visual e espacial. E desse modo, através desta linha divisória do que se observa e do que se refrata, surgia a admiração do observador com relação à arquitetura escolar.

A justificativa de criar escolas reunidas em Santa Catarina fica evidenciada na descrição do Relatório Anual do Governo de Santa Catarina de 1917:

Estas Escolas, que são uma criação do actual Governo, destinam-se, quando sufficientemente disseminadas por todos os núcleos de população, a prestar grande serviço à causa da instrução popular dada a convivência, já por toda reconhecida, de reunir num mesmo edifício e sob uma só direção, certo número de escolas. (GUIMARÃES, 1917, p.33).

Pode-se afirmar que 1917 foi um ano simbólico para o setor educacional catarinense, já que houve um movimento de expansão de novas escolas no interior do estado de Santa Catarina. Descreve-se a seguir o Decreto n.º 1069, de 04 de dezembro de 1917 que marca o início da escolarização primária em Porto União, bem como em Mafra e Canoinhas:

Decreto n. 1069, de 04 de dezembro, Creando escolas nos municípios de Mafra, Canoinhas e Porto União.

O Coronel Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Decreta;

Art. Único: Ficam creadas as seguintes Escolas Isoladas:

§1. No município de Mafra: duas escolas na sede do districto de Itayopolis, sendo uma do sexo masculino e uma do sexo femino, e uma mixta em cada um dos seguintes logares: São Lourenço, Imbuial, Espigão do Bugre, Butiá, Turvo, Bela Vista, Colonia Augusta Victoria, Saltinho do Canivete, Estiva, Avencal, Rio Preto, Porto Castilho, Paraguáássú, Moema, Linha Polônia, Linha São Pedro e Linha São João.

§ 2. No município de Canoinhas duas na sede do districto de Três Barras, sendo uma do sexo masculino, uma do sexo feminino e outra mista no logar Papanduva.

§ 3. No município de Porto União: uma mixta em cada um dos seguintes logares: Colonia Antonio Candido, Nova Galícia, São João e Vallões.

Palacio do Governo, Florianopolis, 4 de dezembro de 1917. (SANTA CATARINA, 1917, p. 70).

O referido Decreto autorizava a criação de Escolas Isoladas nos Municípios mencionados e, no caso de Porto União, foram inauguradas várias escolas no interior do município e no centro da cidade a implantação das Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio Cardoso.

As Escolas Reunidas foram implantadas no Estado de Santa Catarina no ano de 1915, no Governo de Fellipe Schimidt (1914-1918), sob a Lei nº 1044 de 14 de setembro. Essa modalidade de escola foi criada no estado com o objetivo de reunir duas escolas num só prédio. Isto gerava uma economia para os cofres públicos, porque as turmas eram menores e os horários de aula reduzidos.

Para instalação das Escolas Reunidas era necessário cumprir alguns critérios para sua implantação:

Art. 3 – As Escolas Reunidas serão instaladas, de preferência, nas sedes dos municípios e districtos, onde a municipalidades, associações particulares, ofereçam ao Estado:

1. Prédio convenientemente adaptado ou de fácil adaptação;
2. Prédio arrendado por dez anos no mínimo;
3. Terreno próprio para a construção de Escolas Reunidas;

Art. 4 – Em qualquer hypotheses referidas no artigo anterior, os terrenos dos predios, ou terrenos oferecidos, deverão ter a area suficiente para comportar mais tarde, a transformação em Grupo Escolar.(SANTA CATARINA, 1915, p. 11).

Pode-se inferir que as Escolas Reunidas representavam uma mola propulsora na expansão das Escolas Isoladas. Como foi criada similar ao grupo escolar, a escola reunida era economicamente mais viável, pois exigia menor investimento por parte do governo e, quando conseguisse ampliar sua clientela com a divisão dos alunos em oito classes, seria então classificada como grupo escolar.

No quadro 3, consta a distribuição de matrículas por escolas em Santa Catarina:

QUADRO 3 - Número de alunos matriculados nas escolas no Estado de Santa Catarina - 1917

ESCOLAS	MATRICULAS
Escolas Isoladas	9.138 alunos
Grupos Escolares	2.261 alunos
Escolas Reunidas	627 alunos
Escolas Complementares	195 alunos
Escola Normal	85 alunos
Total:	12.306 alunos

Fonte: Fiori (1991)

Observa-se que a grande maioria dos alunos estava matriculada em escolas isoladas. Os estudos de Fiori (1991, p. 87), ao apresentarem esses dados, indicam ainda que da matrícula total de 12.306 alunos, 8605 alunos efetivamente frequentavam as aulas, o que demonstra o alto índice de evasão escolar. Portanto, esta realidade refletia que a educação não se fazia de fato tão importante quanto se mostrava nas representações estabelecidas pelo discurso dos agentes políticos.

O panorama de expansão das escolas catarinenses demonstrava com base nos dados de matrículas referentes a 1917, nas diferentes modalidades escolares oferecidas pelo estado, a existência de uma disparidade com relação à proposta do Reformador Orestes Guimarães que, segundo ele, por meio da alfabetização e da educação moral e cívica, a escola deveria formar o aluno nos conhecimentos científicos básicos e instruí-lo para servir à sociedade. Alicerçado nesse pressuposto, os grupos escolares seriam o modelo de escola ideal para a prática pedagógica moderna, uma vez que ofereciam condições de aplicabilidade dos princípios

modernos de ensino. Ou seja, como as escolas isoladas detinham o maior número de matrículas, verifica-se que a aplicabilidade da Pedagogia Moderna em todo o estado não foi tão eficaz como apregoavam as representações do agente do Estado.

O Inspetor Escolar João Romário Moreira, em visita às Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio Cardoso, no primeiro ano de seu funcionamento, relatou no Livro de visitas que durante as passagens dos dias 26, 28 e 29 de abril de 1919 observou o seguinte:

I- Do prédio e suas dependências: o prédio apresenta diversas goteiras que muito prejudicaram o madeiramento caso em breve não façam os necessários reparos. O pátio de ambas as secções apresentava um aspecto desagradável parecendo terreno de uma casa abandonada, tal era a grande quantidade de ervas daninhas nelle contidas a 26 de abril. Alem disso por ser um terreno de argila vermelha e muito liguenta nos dias de chuva a criançada conduz grandes quantidades de terra para o interior do estabelecimento, impressionando mal aos visitantes e condemnando a hygiene das salas. II- Da hygiene das salas de aula. Do que ficou exposto deduz-se que nos dias de chuva é bem desagradável entrar no estabelecimento e não havendo uma pessoa que sujeite ao ordenado de 25\$.000 mensais ocupando o cargo de servente. A limpeza é feita pelas professoras, conforme o mês pelas professoras contratadas. Porém esta limpeza, não satisfaz porque é feita somente com a vassoura e não tira toda a terra que fica no assoalho. Condenáveis são os bancos por não terem as dimensões proporcionaes. Estreito o espaço entre o assento entre a carteira. Obrigando as creanças a se virarem como podem para acompanhar as aulas. Seria importante que o senhor Diretor solicitasse a Secretaria da Instrução, fazendo acompanhar um orçamento do mobiliário necessário para que em cada classe fique uma serie de mesas e bancos. É necessária mais gradação de luz, nas salas de aula. IV- Das medidas a tomar: mandar consertar as calhas, a caixa da agua e os dejectorios, forrar os pátios do recreio com areia, e devido a inclinação do terreno necessita-se fazer um muro no acesso a secção feminina, e nivelar com grama. Mandar reformar os bancos e mesas, e os transparentes; E por fim mandar arborizar os pátios de ambas as secções. (MOREIRA, 1919, p. 18).

É possível afirmar por meio deste relatório que tanto no interior do estado como nos grandes centros urbanos existiam problemas estruturais, e no caso de Porto União, mesmo com estas dificuldades, a escola precisava funcionar, pois era a única escola reunida pública do município. No entanto, a recorrência e o volume de problemas existentes nas escolas distantes dos grandes centros ganhavam dimensões muito maiores. Assim, a visão do Inspetor como representante do Estado, revelava o desejo do bom funcionamento do estabelecimento escolar e desvelava as contradições entre as representações oficiais e as condições concretas das escolas públicas catarinenses.

O Governo de Santa Catarina almejava que a instrução elementar prosperasse nas escolas do interior do Estado, como pode ser observado na Mensagem enviada ao Congresso Representativo, na gestão do Governador Vidal Ramos:

O Governo não tem descurado das escolas isoladas que representam papel importante nas zonas do interior do Estado, onde a população é pouca densa. Além disso, o governo tem procurado, tanto quanto lhe permitem os nossos recursos, difundir o ensino em todo o território do Estado. (SANTA CATARINA, 1913, p. 28).

Esse problema se fazia presente, ainda, na década de 1930:

Visando alargar mais o campo da alfabetização a Directoria da Instrução vem de tomar medidas tendentes à reforma do nosso ensino primário. Pelas novas determinações baixadas foram creados vários grupos escolares e escola complementares que deverão funcionar de acordo com o decreto n.º. 2.176, que tornou o ensino primário obrigatório nas zonas ruraes. [...] O Estado ficou dividido para efeitos de inspecção, em 5 zonas com sede respectivamente, em Florianópolis, Blumenau, Porto União, Lages e Tubarão. (SANTA CATARINA, 1933, p. 25).

Essa obrigatoriedade na matrícula e na frequência era uma tentativa de que os alunos frequentassem as aulas e, assim, diminuísse o número de discentes desistentes dos bancos escolares antes da idade permitida; via-se a necessidade de que os alunos terminassem na idade certa e, principalmente, que concluíssem os estudos, pois a educação escolar era considerada uma das estratégias para conformar a criança e jovem em adultos o apto ao trabalho e cumpridor de seus deveres patrióticos.

Essa realidade era vivenciada no município de Porto União. A imprensa local por meio do *Jornal Missões* (09/01/1930, p. 4) e nas palavras do jornalista Hermínio Millis manifestava a preocupação com a falta de interesse dos pais em matricular os filhos na escola primária, publicando a seguinte matéria, intitulada *Nótulas Ligeiras Instrucção Pública*.

Entretanto para que se possa enriquecer a pátria com sucessivos contingentes de filhos instruídos não basta somente os termos muitas escolas e, com ellas, gastarem-se avultadas somas, senão também e mui principalmente o fazermos com que estes grandiosos templos sejam frequentados por todos que se acharem em idade escolar própria para receber os ensinamentos do mestre de primeiras letras. O Governo cõscio da sua missão tem resolvido em parte o seu problema, pondo a instrucção ao alcance de todos, dando-nos um número já elevado de escolas gratuitas e de mestres capazes de muito fazer pela educação infantil. Neste aspecto o jornalista enfatiza que apesar de o Estado ter a oferta de escolas, os alunos em idade escolar não a frequentavam, torando-se um problema, pois sem alunos não existe escola! (...),mas esse mesmo Governo, não pode descer de suas altas funcções para ir implorar a gente rustica, ou aos paes remissos que mandem seus filhos à escola, é claro. A escola deve ser vista pela comunidade, como um meio para que possamos somar junto a nação, pois ao sabermos, ler, escrever e contar, estaremos aptos para auxiliarmos no desenvolvimento da pátria.(MISSÕES,1930, p. 4)

Sob um aspecto geral, pode-se destacar que a escola catarinense desta época, tinha como pressuposto o controle social da comunidade escolar pela rigorosa regulação que se exigia nos bancos escolares, tanto por parte dos professores, como por parte dos alunos, sobretudo dos professores que eram constantemente cobrados pela figura dos Inspectores Escolares para conduzir o ensino com eficiência. Nessa direção, faltavam alunos matriculados na escola primária catarinense, mesmo com a oferta de vagas para o ensino primário, reflexo de uma sociedade que não reconhecia legitimidade na escola que, em geral, sua cultura escolar prescrita estava muito distante das experiências do cotidiano da grande maioria da população. Além disso, o Estado manifestava muita dificuldade para garantir aquilo que os agentes políticos apregoavam em suas prescrições, porquanto as estruturas físicas, o contingente de materiais, o número de professores não atendia aos preceitos estabelecidos pela Pedagogia Moderna que estava em vigor.

De acordo com a concepção de Rosa Fátima de Souza (2008, p. 37), à escola primária foram atribuídas inúmeras finalidades, como por exemplo, caberia a ela moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, incluindo-lhes especialmente valores e virtudes

morais, normas de civilidade, o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores, o apreço à pontualidade, pela ordem e pelo asseio. E, de modo muito especial, deveria a escola popular colaborar na importantíssima obra da consolidação da nação brasileira, veiculando valores cívico-patrióticos, por meio das quais cultivaria nas novas gerações amor à pátria.

Com o crescimento da população no município de Porto União, conseqüentemente aumentou o número de alunos e se tornou necessária a construção de um novo prédio, com um espaço mais amplo e mais moderno, atendendo às necessidades de expansão física, construção esta que logo se iniciou.

Em 19 de janeiro de 1927, sob o Decreto nº 2017, as Escolas Reunidas Professor Balduino Antônio Cardoso foram elevadas à categoria de Grupo Escolar<sup>7</sup>, passando a denominar-se Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, sendo oferecidas à população estudantil das gêmeas do Iguaçu, quatro primeiras séries do curso primário elementar e quatro séries do Curso Normal Regional<sup>8</sup> denominado de “Marcelino Dutra”.

O significado da instrução pública catarinense foi traduzido pela publicação do jornal *O Comércio*<sup>9</sup>. O ano de 1927 havia sido um período extremamente profícuo para a educação local com a publicação em 19 de janeiro do Decreto nº 2017, convertendo as Escolas Reunidas da cidade de Porto União em Grupo Escolar. E, em 11 de outubro de 1928, foi publicado o Decreto nº 1599, criando a Escola Complementar anexa ao referido Grupo Escolar. A imprensa local parabenizava pelo bom desempenho das atividades no segundo ano de funcionamento da Escola Complementar anexa ao Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso.

Em outra matéria publicada no Jornal *O comércio* (1932, p. 02), solicitava-se o aumento do prédio do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso, em virtude da demanda de alunos:

Segundo estamos informados, a Diretoria da Instrução Pública atendendo ao justo pedido do Sr. Professor Celso Rilla, esforçado diretor do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso, desta cidade já concluiu no plano dos trabalhos a serem executados no próximo ano, é necessário aumento do prédio, em que funciona esse creditado estabelecimento de ensino.

A matéria supracitada demonstrava que era necessário aumentar o referido prédio escolar porque a estrutura física era insuficiente para atender ao número de turmas. Esta solicitação vai ao encontro do crescente movimento de difusão do ensino primário nos grupos escolares em todo estado catarinense e no país de modo geral.

Outro destaque voltado à expansão do ensino primário em Porto União foi divulgado no espaço do Jornal *O Comércio*, com a matéria: O Ensino Primário em Santa Catarina.

Organizado pela Diretoria da Instrução Pública de República Florianópolis, há pouco tempo um quadro demonstrativo do movimento educacional neste Estado, realiza ao ano de 1932. Por esse quadro, vê-se que, naquele ano, de 1932, existiam nos 35 municípios catarinenses, 770 escolas estaduais, 284 escolas municipais, e 456 escolas particulares, sendo: 05 escolas de ensino gratuito, 03 subvencionadas pelo Governo da União, 111 pelas respectivas municipalidades. Porto União figura, no aludido quadro, com 12 escolas estaduais, 05 municipais e 10 particulares, num total de 27. Pelo último Relatório da Secretaria do Interior, publicado em 1930, no nosso município contava-se 14 escolas de ensino primário, sendo 08 estaduais, e 06 particulares, inclusive o Grupo Escolar, onde havia quatro classes. Actualmente cremos, exceda de 27 o número das nossas escolas, e, verdade seja dita, ainda não satisfaz a população em idade de alfabetizar-se. (*COMÉRCIO*, 1933, p. 01).

Diante do exposto, percebe-se que por mais que a escola primária estivesse em processo de expansão no estado catarinense, como notamos na referida matéria, ainda no município de Porto União era insuficiente o número de escolas existentes. Estes dados indicam as ideias que emergiam do novo modelo de organização escolar, a qual preconizava práticas educativas mais elaboradas, materiais escolares modernos para os alunos e estrutura física condizente com o número de alunos.

Segundo estudos de Souza e Faria Filho (2006, p. 28), a inserção dos grupos escolares representou inúmeras transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país. A implantação deste novo modelo escolar exigia um alto investimento do governo, já que para o funcionamento dessa modalidade escolar era necessário ter uma estrutura física, com mobiliário e material didático moderno, além de professores habilitados. Todos esses elementos corroboravam para que de certa forma, não fosse possível ter a expansão de grupos escolares em todos os municípios do Estado.

O ensino primário se fazia cada vez mais importante e necessário, assim a propaganda da escola no jornal local da cidade corroborava com o ensejo do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso em expandir a oferta de vagas para os alunos da região.

GRUPO ESCOLAR PROF. BALDUINO CARDOSO E ESCOLA COMPLEMENTAR ANEXA EM PORTO UNIÃO-SC:

Aviso, aos senhores paes, tutores ou responsáveis, que as aulas do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso e Escola Complementar Anexa já se acham em pleno funcionamento, e que a matrícula em ambos esses cursos acha-se ainda aberta. As aulas do Grupo funcionam em dois períodos: das 9 às 11:30 e das 12:30 as 2:30 da tarde; as aulas da Escola Complementar funcionam das 2:30 as 5:30 horas da tarde. Todos os alumnos devem possuir pelo menos um uniforme, cujo modelo será fornecido no Grupo. (A VOZ DO OESTE, 1930 p. 06).

A citação acima mostra que a propaganda no Jornal era um forte veículo de comunicação e, desta forma, o Grupo Escolar também se utilizava desse instrumento para realizar a propaganda da escola. Além dessa questão, o que se pretendia era convencer as famílias de que a escola era o lugar onde elas poderiam entregar seus filhos para que recebessem conhecimentos. Essa ideia fazia parte do cenário nacional, quando colocava a escola no centro de uma grande discussão em torno do desenvolvimento do país para alcançar a senda do progresso.

Além da propaganda das atividades escolares, os pareceres dos Inspectores Escolares também serviam como um veículo de comunicação entre o município e a capital do Estado, no sentido de solicitações e encaminhamentos de recursos para as escolas. Em Inspeção ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso em 1935, o Inspetor Escolar Germano Wagenführ relatava no livro de Visitas de Autoridades Escolares sobre a falta de espaço físico para atender a demanda de alunos e solicitava a construção de um novo prédio para o Grupo Escolar do município.

Este já não satisfaz mais as exigências locais principalmente para poder rivalizar com os demais estabelecimentos de ensino destas duas cidades gêmeas e rivais. Além disso, a matrícula já alcançou 233 alunos no curso preliminar e 35 no curso Normal Primário. Funcionando, pois, 6 classes preliminares sendo quatro no período da manhã e duas no período da tarde no prédio e 3 classes do curso normal primário também no período da tarde o que perfaz num total de 9 classes, tendo, entretanto, o prédio escolar só 4 salas de aula por isso foi-se obrigado a instalar o 3º ano do curso Normal Primário com 8 alunos numa sala de 2m por 3m, do que se resulta numa falta

de conforto tanto aos alunos como aos professores além de dificultar a todo o ensino. Construir mais algumas salas de aula seria contraproducente por diminuir ainda mais as áreas dos recreios que já são excessivamente pequenos. Reitero, pois, novamente com mais insistência a minha proposta de ser construído um prédio apropriado como se tem feito em outras localidades de menos importância do que está para esta florescente cidade para que o mesmo represente com dignidade o nosso querido Estado na tocante instrução catarinense. (WAGENFÜHR, 1935, p. 23-24).

Frente ao exposto do Inspetor Escolar, afirma-se que o referido Grupo Escolar se encontrava numa situação complicada devido à falta de espaço que acabava por atrapalhar o desempenho das atividades escolares e a aprendizagem dos alunos. Ressalta-se o valor atribuído ao Grupo Escolar, devido à sua localização e por fazer fronteira com a cidade vizinha onde já havia escolas melhores instaladas.

Em se tratando da expansão dos grupos escolares catarinenses, no início da década de 1930, a Prefeitura Municipal de Porto União fez a doação de um terreno para a construção de nova sede do então Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, devido à falta de espaço e de salas de aula para suprir a demanda de alunos. Citamos um fragmento do Decreto que faz a doação de um terreno urbano para a construção do Grupo Escolar para o Estado.

Decreto nº. 2, de 05 de novembro, de 1935.

Autorizando o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, a adquirir por compra um terreno de posse sito a Avenida General Bormann, que deverá ser doado ao Estado, para nelle ser construído um Grupo Escolar. O cidadão Helmut Muller, Prefeito Provisório de Porto União, no uso de suas atribuições, e reunido o Conselho Consultivo do Município,

Decretta:

Art.1 - Fica o Prefeito Municipal adquirir por compra um terreno de posse com área de 2.284m<sup>2</sup>, (dois mil duzentos e oitenta e quatro metros quadrados) de propriedade de Coronel Hermegenildo Marcondes, pelo preço de 6:000f000 (seis contos de reis) que deverá ser doado ao Estado, para nelle ser construído um Grupo Escolar. (DECRETOS MUNICIPAIS DE PORTO UNIÃO, 1935, p. 01-02).

Essa doação representou a possibilidade de expansão do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Desta forma, o Decreto nº. 03 do Município de Porto União de 30 de novembro de 1935 complementava o Decreto nº. 02 citando as dimensões do terreno bem como a divisa das futuras instalações escolares:

Art. 01 Fica o Prefeito Municipal, Provisório a assinar a escritura de doação ao Estado, sito a Rua José Boiteux, com 33 metros com fundos a Rua Jeronimo Coelho, e confrontando pelo lado esquerdo com terrenos de Antônio Domit e Prefeitura Municipal, e pelo lado direito com terrenos de Holevy, Juracy e Francisca Bittencourt, e Prefeitura Municipal, única área total de 2.613 metros quadrados para o Grupo Escolar a ser construído. (DECRETOS MUNICIPAIS DE PORTO UNIÃO, 1935, p. 01-02).

Com o aumento da área a ser doada para o Estado, foi elaborado novo Decreto para que a comunidade tomasse conhecimento. A repercussão da doação do terreno junto à sociedade local foi grande e noticiada no jornal *O Comércio*; a imprensa elogiou através de sua divulgação o benefício deste feito para o progresso do município de Porto União.

A doação do terreno (figura 4) significou para o município receber a construção da obra por parte do Estado; assim através deste feito beneficiaria a sociedade com a oferta de mais vagas para o ensino primário do município.

FIGURA 4 - Foto do Terreno<sup>10</sup>doado pela Prefeitura Municipal de Porto União-SC em 1935 ao Estado de Santa Catarina



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Porto União-SC

A inauguração do novo prédio escolar ocorreu em 08 de agosto de 1938; a nova estrutura arquitetônica do prédio era em forma de U, na parte frontal ficavam as salas de Direção, secretaria, salas dos professores e almoxarifado. Nas alas laterais; as salas de aula, quatro de cada lado; circulando o prédio localizava-se o jardim, local para as comemorações cívicas e sociais do Grupo Escolar; havia também o campo de Educação Física, localizado à esquerda do edifício e ao lado a horta da escola.

Na figura 5, observa-se a entrada do prédio e o pátio onde aconteceu a cerimônia de inauguração do novo prédio escolar do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Conforme a figura, localizam-se na ordem de leitura as seguintes autoridades: Germano Wagenführ – Inspetor Escolar; Hortêncio Batista - Solicitador; Celso Rilla - Ex-diretor da Escola; Frei Clemente Tombozzi - Vigário de Porto União; Dr. Carlos Bandeira de Mello - Bispo de Palmas Comandante do Batalhão; Helmuth Müller - Prefeito Municipal; Luiz Trindade - Diretor do Departamento de Educação do Estado; Clodoaldo Naumann- Diretor do Grupo Escolar Professor Serapião; Elpídio Barbosa- Superintendente Escolar e Gregório Berkembrock - Diretor do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, naquele período.

FIGURA 5- Fotos da Inauguração do Prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (1938)



Fonte: Acervo da Escola

FIGURA 6- Fotos da Inauguração do Prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (1938)



Fonte: Acervo da Escola.

FIGURA 7- Fotos da Inauguração do Prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso (1938)



Fonte: Acervo da Escola.

Nas figuras 6 e 7, referentes à inauguração do prédio do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, fazem-se presentes alguns elementos que merecem ser destacados como, por exemplo: os alunos devidamente paramentados, a escola decorada e a bandeira nacional hasteada. Por conseguinte, o que estava sendo representado para a sociedade por meio da escola eram os símbolos nacionais, a bandeira e o canto do hino nacional, compondo a figura de formação da escola. Observa-se também, que as reformas dos espaços escolares estiveram carregadas de pressupostos pedagógicos, a referência à necessidade de educação sob todos os aspectos era constante, nos mais diferenciados discursos e práticas; educar o povo, modernizar e civilizar eram slogans recorrentes para a compreensão do papel do cidadão.

A criação de um novo prédio não representou a descontinuidade de reclamações a respeito de problemas com o grupo escolar de Porto União. Esse aspecto pode ser visto no início do Relatório de 1944:

O prédio onde funciona este Grupo Escolar, por ordem do Exmo. Snr. Interventor Federal, quando de passagem por esta cidade, em novembro de 1.943 foi todo pintado e, renovado no que necessitava de consertos, apresentando assim, o aspecto de novo e muito asseado. Possui oito salas de aula e quatro gabinetes, para diretor, dentista, museu e portaria. As salas de aula funcionam no período da manhã com uma lotação aproximada de 40 alunos para cada uma e a tarde cinco salas são ocupadas pelo curso preliminar com lotação semelhante e, mais três pelo curso complementar com uma média de 25 alunos para cada uma. (RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1944, p. 3).

Ressalta-se que a estrutura existente nos grupos escolares seguia um padrão do Estado, sendo que o tamanho do prédio e das salas de aula era determinado pelo número de alunos e

pela localidade, destacando que nos grandes centros urbanos a visibilidade era maior e, desta forma, os Grupos tinham uma arquitetura de maior destaque que os grupos localizados no interior do Estado. No Grupo Escolar estudado, sobressaem-se além das salas de aula, os gabinetes de dentista, o museu e a biblioteca para o uso dos alunos. Estes elementos reforçam a presença da Pedagogia Moderna no referido Grupo, porque o uso desses espaços tinha como principal objetivo incutir nos professores e alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética e cultural.

Segundo Diana Vidal (2006), em sua maioria, os grupos escolares eram edificados simetricamente em torno do pátio central onde ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e meninas, a divisão da planta, às vezes era acrescido de muro afastando e evitando a comunicação entre as duas seções, masculina e feminina, além de ter entradas laterais para o acesso de cada sexo; apesar de terem a padronização em planta, os edifícios possuíam características diversas, apresentando alteração nas fachadas, como é caso do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso.

Ainda sobre a estrutura do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso, observa-se, a seguir, dois fragmentos dos Relatórios Anuais elaborados em 1945 e 1948, que apontavam os problemas na infraestrutura da escola:

O campo de educação física continua sem o muro, e, confirmando o que já disse no relatório do ano passado, continua a ser servindo de pasto aos animais e passeio público, não podendo assim, apresentar bom aspecto. Deixamos de anexar o orçamento para a construção do referido muro, visto o sr. Prefeito Municipal comprometer-se a inicia-la em janeiro do ano próximo vindouro. (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1945, p. 5).

O prédio, embora em boas condições de conservação e asseio, não satisfaz, atualmente, à necessidade de acomodação aos alunos porquanto faltam uma sala onde possa funcionar a biblioteca e, no mínimo, mais duas salas de aula. "Neste ano, 5 classes funcionaram no Ginásio "São José": o 1º ano do Curso Primário Complementar e as 4 Séries do Curso Normal Regional. Os inconvenientes são inúmeros pois não temos permissão, mesmo não seria próprio, que os alunos ocupem os aparelhos sanitários e que os recreios sejam nos pátios do Ginásio. Sem falar nos incômodos que temos com giz, apagador, tinta, mapas, etc., que precisam ser levados e trazidos diariamente. Solicito, com empenho, os bons ofícios desse Departamento junto aos poderes competentes para que seja iniciada a construção das salas que há tanto tempo se vem pedindo. (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR BALDUINO CARDOSO, 1948, p. 5).

A infraestrutura do referido Grupo Escolar enfrentava problemas estruturais, no ano de 1945, com relação ao campo de Educação Física que necessitava de um muro para melhorar as atividades práticas. No entanto, como esclarece a diretora, a Prefeitura Municipal ficou responsável pela construção dele, não sendo mais necessário o Estado enviar verbas para esta construção. E, em 1948, o problema era voltado à falta de salas de aula na escola que afetava o bom andamento das atividades docentes, obrigando a contar com o auxílio do Ginásio São José para que algumas turmas do Grupo Escolar conseguissem estudar. Estas questões, segundo Fiori (1991), resultavam devido à falta de recursos para a manutenção dessa infraestrutura, tanto no Estado como no município, levando em ambos os espaços a busca de soluções na comunidade escolar e, em alguns casos, ao fechamento das escolas.

As contradições no processo de criação e expansão dos grupos escolares em Santa Catarina são contínuas. Ao lado do tom ufanista referente aos grupos escolares, deu-se visibilidade aos problemas relacionados à organização desse modelo escolar, particularmente

às representações que se constituíam em torno desse novo modelo de educação primária que foi importado dos países europeus. Apesar das incongruências entre as representações advogadas pelos agentes do Estado e as dificuldades de criação dos grupos escolares nas cidades do interior e a predominância de escolas isoladas, ainda é possível sustentar que os grupos escolares são produtos de um movimento de valorização da escola e de uma ação mais efetiva do Estado no campo educacional, e, ao mesmo, são produtores de um novo *ethos* que contribuiu para ampliar o reconhecimento social da escola.

Estas observações encontram ressonância na historiografia da educação, pois conforme Diana Vidal (2005, p. 25), a partir da última década do século XIX foi se reforçando a representação de que a construção de prédios escolares era imprescindível para uma ação eficaz na educação das crianças. Essa representação era articulada na confluência de diversos fatores, dentre os quais se destacaram os de ordem político-cultural, pedagógica, científica e administrativa.

A educação primária, nos moldes da Pedagogia Moderna e de um plano uniforme de direção comum, tinha na equidade, no controle do acompanhamento, na regulação e na normalização os seus pressupostos básicos. Em vista de tais pressupostos, o Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso se tornaria no ensino público de Porto União, uma instituição modelar à medida que assumia seu papel de destaque na sociedade local. A representação que a escola assumia diante da sociedade, colocava-se no ensino primário grandes expectativas e, uma delas seria a formação intelectual e moral das crianças. O ensino público da cidade ganhou sua valorização no interior do movimento nacional de estatização da educação escolar e a comunidade local passou a depositar confiança no trabalho de alfabetização e de formação de seus filhos.

Para Souza (2008, p. 37), a crença no poder da escola tornou-se representação amplamente disseminada e compartilhada na sociedade brasileira a partir do início do século XX, sendo à escola primária, atribuídas inúmeras finalidades e grandes expectativas, cabendo a ela moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, com lições de civildade, amor ao trabalho, pontualidade, ordem e asseio. Nesse contexto sociocultural, as escolas passaram a ocupar lugar de destaque, uma vez que foram consideradas pelos grupos modernizadores como *locus* ideais para o desenvolvimento da nação, capaz de estimular o surgimento de novos sujeitos, aptos ao trabalho e sensíveis às demandas da sociedade.

### Considerações finais

O recorte deste artigo privilegia um olhar a respeito do processo de organização do modelo de grupo escolar na cidade de Porto União, no Estado de Santa Catarina. Além das descrições históricas que resultaram na criação das Escolas Reunidas, no ano de 1917 e a transformação em Grupo Escolar, na década seguinte. Esse texto objetivou mostrar que a experiência educacional da região tem relação com estudos que retratam a escolarização brasileira do século XIX, cuja principal indicação sustenta a existência de formas de educação com baixa atuação do Estado. No plano discursivo, na segunda metade do século XIX, havia forte defesa do valor da educação, sem, no entanto, perceber uma efetiva alteração na expansão de escolas públicas.

Em direção oposta, os republicanos procuraram associar ao novo regime a ideia de grande investimento na educação. Ao percorrer os documentos oficiais de Santa Catarina, é notável a imagem negativa da educação do período do Império e a orquestração de uma representação favorável ao novo regime. Em especial, a força da representação do grupo escolar tornou-se o mote da propaganda republicana e a expressão do que se denominava de ideário da modernização pedagógica. Nesse aspecto, o grupo escolar materializou uma memória bastante favorável aos republicanos, pois nas imagens selecionadas neste texto é

possível observar a distância entre o modelo do mestre-escola e o modelo do grupo escolar. Por esse ângulo, parece ser inegável a mudança de concepção e de atuação da escola no espaço social, assim como a posição do Estado na promoção de políticas públicas.

Não obstante, as alterações passíveis de serem observadas, é fundamental interpretar os dados empíricos para relativizar aquela representação apoteótica da educação no início do regime republicano. Ao lado das forças das representações dos agentes do Estado de Santa Catarina está presente um conjunto de indicações que aponta os limites da educação pública das primeiras décadas do século XX. Em primeiro lugar, observamos que na cidade de Porto União, assim como no todo de Santa Catarina, prevaleciam as escolas isoladas, com um único professor para todas as séries e destituída de toda aquela pomposa arquitetura dos grupos escolares dos grandes centros. Na própria organização dos grupos escolares, as diferenças são muito significativas como apontam os estudos que estão nos livros organizados por Marcus Levy Bencostta (2005) e Diana Vidal (2006). Os fragmentos selecionados, neste texto, sejam os relatórios dos inspetores ou publicações da imprensa, evidenciam a contínua existência de problemas na organização dos grupos escolares. Nesta narrativa, a menção ficou adstrita aos problemas relacionados à estrutura física dos grupos escolares. No entanto, em outros estudos é possível ampliar esse recorte e indicar as dificuldades especificamente do campo pedagógico, como por exemplo, a apropriação dos preceitos da Pedagogia Moderna.

Em síntese, ao olhar para o Grupo Escolar Balduino Cardoso a pretensão é ampliar a compreensão do movimento que resultou na criação e expansão desse modelo de escolarização. Assim, este texto contribui com a história da educação ao trazer elementos para entender o processo de resultou na efetivação dessa proposta de escolarização no interior do Estado de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, demonstra a recorrência de problemas observados nos mais variados estudos que retratam a implantação e expansão dos grupos escolares no Brasil.

### Referências

- BENCOSTTA, M. L. A. *Arquitetura e Espaço Escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)*. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). *História da educação: arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 95-140.
- CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, M. M. C. de. *A escola, a república e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2005. (Estudos CDAPH - Série historiografia).
- CARVALHO, M. M. C. de. *Reforma da Instrução Pública*. In: LOPES E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 225-252.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª ed. Tradução de Epahaim Ferreira Alves. São Paulo: Cortez, 1998.
- DALLABRIDA, N; CARMINATTI, C. J. *Mosaico de escolas: modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- FARIA FILHO; L. de. *Instrução elementar no século XIX*. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 95-134.
- FARIA FILHO; L. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- FIORI, N. A. *Aspectos da evolução do ensino público*. Ensino público e política de

assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

GALLEGO, R. C. de. Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas em São Paulo e a construção da cultura escolar primária – incessantes negociações (1846-1890). In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleomara Maria (Orgs). *História das Culturas Escolares*. Vitória Espírito Santo: EDUFES, 2010, p. 327-354.

GASPARI, L. T. *Educação e memória: imagens femininas nas Gêmeas do Iguazu nos anos 40 e 50*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2005.

GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. Relatório apresentado Ao Exmo. Sr. Superintendente Municipal de Joinville, pelo director em comissão Orestes de Oliveira Guimarães, de 20 de abril de 1907, p.53.

GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. 1909. Relatório apresentado Ao Exmo. Snr. Superintendente Municipal de Joinville, pelo director em comissão Orestes de Oliveira Guimarães, de 20 de abril de 1909.

GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO. Relatório Anual. Porto União. Santa Catarina, 1944 – 1950. (12 de dezembro, de 1944, p. 3).

GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO. Relatório Anual. Porto União. Santa Catarina, 1944 – 1950. (30 de novembro, de 1945, p.5).

GRUPO ESCOLAR BALDUÍNO CARDOSO. Relatório Anual. Porto União. Santa Catarina, 1944 – 1950. (15 de novembro de 1948, p.5).

HÖELLER, S. A. *Escolarização da infância catarinense: a normatização do ensino público primário (1910-1935)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HÖELLER, S. A. *Os Programas de Ensino para as Escolas Públicas Catarinenses nas Reformas Educacionais de 1910 e 1913*. Disponível em: [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe). Acesso em 28/02/2014.

HORBATIUK, P. *A colônia ucraniana de Mallet: núcleo de preservação e irradiação de padrões de cultura ucraniana (estudo de caso)*. Porto Alegre, 1983.

IHLENFELD, R. *A presença da cultura alemã sobre o pensamento pedagógico do Colégio Teuto-brasileiro de Porto União/SC e sua influência sobre o imaginário dos alunos 1930-1938*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização lato sensu) – Centro Universitário de União da Vitória, União da Vitória, 2011.

JORNAL A ÉPOCA. *A população de Santa Catarina em 1916*. Florianópolis, 1917, p.63.

JORNAL O COMÉRCIO. *Instrução Pública no Município de Porto União*. Porto União-SC, 1927 p.04.

JORNAL O COMÉRCIO. *Aumento do prédio do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso*. Porto União-SC, 1932 p.02

JORNAL O COMÉRCIO. *O Ensino Primário em Santa Catarina*. Porto União-SC, 1933 p.01.

JORNAL O COMÉRCIO. *Doação do terreno da Prefeitura para construção de nova Sede do Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso*. Porto União-SC, 1935,p.05 .

JORNAL MISSÕES. *Cousas do Ensino*. Porto União-SC, 1910, p.02.

JORNAL MISSÕES. *Nótulas Ligeiras Instrução Pública*. Porto União-SC, 1930, p.04.

JORNAL A VOZ DO OESTE. *Propaganda do funcionamento do Grupo Escolar Prof. Balduino Cardoso e Escola Complementar anexa em Porto União*. Porto União-SC, 1930, p.06.

KREUTZ, L. A Educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES E. M. T.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica 2010, p. 347-370.

MAGALHÃES, J.D. Relatório de Inspeção a 25 Escolas Isoladas, apresentado pelo Inspector Escolar José Duarte de Magalhães, ao Exmº Sr. Dr. Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 11 de dezembro de 1916, p.13, 22-23. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

MONARCHA, C. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

MOREIRA, J. M. Termo de Visita nº 5. Porto União; Santa Catarina, 1919 -1938. (09 de outubro de 1919, p.18).

MOREIRA, J. M. Ata de Visita de Inspeção Escolar nº 3. Porto União; Santa Catarina, 1919 - 1938. (01 de maio de 1919, p.4-6).

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARANÁ. Relatório da Diretoria da Instrução Pública do Paraná. Curitiba. (31 de dezembro de 1914, p. 53).

PARANÁ. Mensagem do Governador do Estado do Paraná ao Congresso Legislativo do Estado. Curitiba. Imprensa Paranaense. (13 de novembro de 1895, p.36). Disponível: <http://www.crl/brazil.br>. Acesso em fevereiro de 2014.

PORTO UNIÃO – Livro nº. 3 de Contratos Diversos 1917-1971- Lei nº. 1.147 de (25 de agosto de 1917, p. 4-7).

PORTO UNIÃO. Livro nº.13 (Decretos Municipais, 1935-1936. - Decreto nº. 02, de 05 de novembro, de 1935, p. 1-2. Decreto n °. 03, de 30/11/1935).

RENK, V. E. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrução Pública. Florianópolis: Oficinas a vapor da Imprensa Oficial, 1913, p.28.

SANTA CATARINA. Lein. ° 1.044 de 14/09/1915. Estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública. Florianópolis: Florianópolis, Typographia. D'O Dia, 1911.

SANTA CATARINA. Regulamento das Escolas Reunidas Decreto nº. 929 de 5 de abril de 1916. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D'O Dia. 1916.

SANTA CATARINA. Lei nº. 1.147 de 25 de agosto de 1917. In: Coleção de Leis Decretos e Resoluções e Portarias. Florianópolis, SC: Oficinas da Imprensa Oficial, 1917. (p.6-9).

SANTA CATARINA. Decreto nº. 1069 de 4 de dezembro de 1917. Cria escolas nos municípios de Mafra, Canoinhas e Porto Uniao. Coleção de leis, decretos, resoluções e portarias de 1917. Florianópolis: Oficinas a elect. da empresa D'O Dia, 1917.

SANTA CATARINA. Decreto nº. 398, de 26 de julho de 1933. Cria duas novas Circunscrições Escolares.

SANTA CATARINA. Decreto nº. 2.176, de 22 de julho de 1928. Colleção de Leis, Decretos e resoluções de 1928. Florianópolis: Off. Graphics da Escola de A. Artífices, 1929.

SAVIANI, D. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, v. 4, p.27-34, 2005.

SAVIANI, D. O legado educacional do “breve século XIX brasileiro”. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J.S.; SOUZA, R.F.; VALDEMARIN, V.T. (Orgs.). *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2014a, p. 7-31.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (Orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014b, p. 9-54.

SCHELBAUER, A. R. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. v. II - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 132-149.

SCHELBAUER, A. R. *Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: Eduem, 1998.

SCHMIDT, F. Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado, pelo Dr. Fulvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 01 de julho de 1915. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SILVA, J. J. C. da. *Apontamentos Históricos de União da Vitória: (1768 – 1933)*. Curitiba: Max Roesner, 1933.

SILVA, J. J. C. da. *Apontamentos Históricos de União da Vitória: (1768 – 1933)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

SOUZA, R. F. de *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. SP: Cortez, 2008.

SOUZA, R. F. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de reforma. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G; ARAÚJO, J. C. S. (org.). *As manifestações da escola nova no Brasil (1920-1946)*. Uberlândia: Edufu; Campinas: Autores Associados, 2011, p. 337-361.

SOUZA, R. F. de; FARIA FILHO, L. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 21-56.

TEIVE, G. M. G. *Uma vez normalista, sempre normalista: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico*. Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, G. M. G. Como se fabrica uma professora moderna? Apropriações da reforma Orestes Guimarães na cultura escolar da Escola Normal Catarinense (1911-1935). In: VIDAL, D.; SCHWARTZ, C. M. (org.). *História das culturas escolares*. Vitória Espírito Santo, EDUFES, 2010.

TEIVE, G. M. G.; SILVA, V. L. G. Grupos escolares criação mais feliz da República? Mapeamento da Produção em Santa Catarina. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 31-53, jan./jun. 2009.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. *A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

THOMÉ, N. *Primeira história da educação escolar na região do Contestado: da instrução das primeiras letras no tempo do Império à conquista do Ensino Superior nos Anos Dourados*. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

VIDAL, D. G. *Culturas escolares*. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Memórias da Educação).

VIDAL, D. G. *Grupos escolares, cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

WAGENFÜHR. Ata de Visita de Inspeção Escolar nº. 3. Porto União; Santa Catarina, 1919 – 1938. (30 de abril de 1935, p. 23-24).

### Notas

<sup>1</sup> O primeiro o mestre-escola a lecionar para a povoação de Porto União da Vitória foi o professor Raimundo Colaço. O segundo mestre-escola foi o professor Cipriano Mendes Sampaio. O terceiro mestre-escola foi o professor Rodolfo Boese, que veio para lecionar na Freguezia de União da Vitória em 1886 (CLETO, 1933, p. 49).

<sup>2</sup> Para Certeau (1998, p. 99-100) *estratégia* caracterizava-se pela “capacidade de transformar incertezas da história em espaços inteligíveis” por meio de “cálculo (ou manipulação) das relações de força” que tornam possíveis isolar um sujeito do poder, circunscrevendo condições e possibilidades de se gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. Para estabelecer uma estratégia, é preciso distinguir em um ambiente um próprio o lugar do poder e do querer.

<sup>3</sup> As Escolas Subvencionadas eram oferecidas aos filhos de imigrantes. O ensino oferecido nas escolas subvencionadas era feito pelo governo catarinense, ou por recursos das comunidades, em muitos casos de melhor qualidade do que o existente nas escolas públicas (THOMÉ, 2002, p.37).

<sup>4</sup> Jornal Missões: Editado na cidade de União da Vitória e representando o Órgão do Comitê Central de Limites. Em junho de 1910, circula o primeiro número do referido jornal. Os diretores do jornal foram Diretor e Redator Chefe: Djalma Correia. Diretor Gerente: Affonso Correia.

<sup>5</sup> [...] A Escola “Professor Serapião” foi fundada em 1913, e se apresenta como um dos marcos da implantação da cidade de União da Vitória após o Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina; possui notável importância histórica e constitui patrimônio cultural a ser preservado. [...]” (EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, CURITIBA: 27 DE OUTUBRO DE 1988).

<sup>6</sup> A partir de 1918 passou a ser sede das Escolas Reunidas Professor Antônio Balduino Cardoso.

<sup>7</sup> Com base na Lei nº 1448 de 29 de agosto de 1923, estabeleceu-se a reorganização do serviço de Instrução Pública. No ART. 1 constava a seguinte prerrogativa: Ficam convertidas as Escolas Reunidas em Grupos Escolares de 2ª classe, considerando que desde 1921, os referidos estabelecimentos funcionavam de acordo com o Regimento Interno dos Grupos Escolares, seguindo os mesmos Programmas e Horarios. Sendo o Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso pertencente aos Grupos Escolares de 2ª classe.

<sup>8</sup> O curso Complementar e o Normal Regional destacaram-se junto ao Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso. Este estabelecimento de ensino formava professores complementaristas e regionalistas responsáveis pela alfabetização regional no Paraná e em Santa Catarina. Lecionando em escolas municipais, estaduais e particulares do município e regiões circunvizinhas.

<sup>9</sup> Jornal *O Comércio* fundado em 1932 na cidade de União da Vitória sob a direção de Hermínio Millis, tendo como cunho publicar matérias informativas e de cultura geral, bem como propagandas do comércio local para o município e região.

<sup>10</sup> A referida imagem data de 1910 e retrata que nos arredores do terreno localizado no Município de Porto União-SC, havia na época algumas casas de moradia e a Associação de Imigrantes Italianos.

**Recebido:** Abril/2016.

**Aprovado:** Março/2017.